**SISTEMAS DE JUSTIÇA INTERNACIONAL E DIREITOS HUMANOS**

**REGENTE** – Prof. Dr. Cássius Guimarães Chai

**CARGA HORÁRIA:** 60h

**CREDITOS:** 4

**SEMESTRE LETIVO: 2015.2**

**Objetivos:** Discutir e identificar os sistemas de Justiça Internacional e sua relação com a afirmação, defesa e proteção aos Direitos Humanos; Promover o Debate sobre as Fontes do Direito Internacional, a co-operacionalidade dos sistemas de direitos interno e supranacional e a compreensão conceitual de soberania; Analisar criticamente conceitos centrais ao Direito Internacional Público e Privado: imunidade jurisdicional; jurisdição universal; responsabilidade de estado e de outros sujeitos de direito internacional; Debater temas atuais sobre a relação conceitual entre dignidade, Direito e Justiça.**Ementa:** Processo de internacionalização dos direitos humanos. Sistema universal de proteção dos direitos humanos: a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a sistemática dos Pactos de 1966. Sistema interamericano de direitos humanos. Jurisprudência internacional em matéria de direitos humanos. Incorporação de decisões internacionais e os tribunais nacionais. Soberania estatal e direitos humanos: redefinição de elementos do Estado.**Metodologia:** Aulas expositivas, seminários e apresentação de papers.

**Regras da Disciplina:** Paper em 8000 palavras, com abstract/resumo, mínimo de 20 referências bibliográficas citadas, impessoal, arial 12, ½, margens 3x3x2x2, autor/data, 4 palavras-chave, A4. Deverão ser entregues 4 minutas periódicas, texto final revisado na penúltima sessão, impreterivelmente. Participação nos 4 seminários interdisciplinares.

**Programa da disciplina:**

**1ª SESSÃO:** DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO: FUNDAMENTOS; NATUREZA E FONTES. CORTES INTERNACIONAIS DE JUSTIÇA E A CONVENÇÃO PERMANENTE DE HAIA. ARBITRAGEM, JURISDIÇÃO E APLICAÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS NO DIREITO INTERNO.

**2ª SESSÃO:** O DIREITO INTERNACIONAL: ESTADO E SOBERANIA; GOVERNO; NAÇÃO, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E INDIVÍDUOS. AS NORMAS DE DIREITO INTERNACIONAIS: TRATADOS; CONVENÇÕES; ***ius cogens*** E PRINCÍPIOS GERAIS;

**3ª SESSÃO:** DIREITOS HUMANOS: CONCEITO; BEM JURÍDICO; ESTATUTOS DE PROTEÇÃO – EFICÁCIA E *ENFORCEABILITY*. A CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E CONVENÇÕES. O CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS (UNHRC). CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA – PALÁCIO DA PAZ, HAIA; A ACADEMIA DE HAIA DE DIREITO INTERNACIONAL.

**4ª SESSÃO:** SISTEMA DE JUSTIÇA INTERAMERICANO. CARTA DEMOCRÁTICA DA OEA. A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E A COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. O COMITÊ JURÍDICO PERMANENTE. LEADING CASES EM PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS.

**5ª SESSÃO:** SISTEMA DE JUSTIÇA EUROPEU DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS. CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS E A CORTE EUROPEIA DE JUSTIÇA. CASOS EXPONENCIAIS.

**6ª SESSÃO:** JURISDIÇÃO PENAL INTERNACIONAL: TRATADO DE ROMA, TPI, ICTY, ICTR.

**7ª SESSÃO:** MATERNIDADE SUB-ROGADA. GÊNERO E IGUALDADE. FAMÍLIA.

**8º SESSÃO:** DIREITOS HUMANOS BÁSICOS. DIREITOS HUMANITÁRIO E DOS REFUGIADOS. APÁTRIDAS.

**9ª SESSÃO:** TRÁFICO DE PESSOAS, LENOCÍNIO E ADOÇÃO INTERNACIONAL. TRABALHO ESCRAVO.

**10ª SESSÃO:** PRINCÍPIOS ORIENTADORES RELATIVOS ÀS FUNÇÕES DA MAGISTRATURA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

**11ª SESSÃO:** POVOS INDÍGENAS E QUILOMBOS.

**12ª SESSÃO:** ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA: INFÂNCIA E JUVENTUDE.

**13ª SESSÃO:** IDENTIDADE CULTURAL

**14ª SESSÃO**: MEIO-AMBIENTE

**15ª SESSÃO:** COMÉRCIO E MAR

**Bibliografia**

AARNIO, Aulis. Lo racional Como Razonable: un tratado sobre la justificación jurídica. Trad. Ernesto Garzón. Valdez. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1991.

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua. Trad. Henrique Burigo. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010, v. 1.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Estado de exceção. 2ª ed.. São Paulo: Boitempo, 2007.

ALEXY, Robert. Teoría de los derechos fundamentales. Trad. Carlos Bernal Pulido. 2ª ed. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 2008.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Colisão de direitos fundamentais e realização de direitos fundamentais no Estado de Direito Democrático. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, n. 217, jul./set. 1999. p.67-69.

ARENDT, Hannah. A condição humana. 12ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

BACHELARD, G. A Formação do Espírito Científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraposto, 2005.

BERCOVICI, Gilberto. Políticas públicas e dirigismo constitucional. Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional. (Anais do IV Simpósio Nacional de Direito).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.Constituição e Estado de Exceção Permanente: atualidade de weimar. Rio de Janeiro: AZOUGUE, 2004.

BOBBIO, Noberto, BOVERO, Michelangelo. Sociedade e Estado na filosofia política moderna. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 11. ed. Rio de janeiro: Paz e Terra, 2009.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. A era dos direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 12ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Liberalismo e democracia. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 14.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CHARVET, Dominique. Crise da Justiça, Crise da Lei, Crise do Estado? In: POULANTZAS, Nicos. O estado em crise. Trad. Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.Estado de direito. Lisboa: Gradiva, 1999.

COMPARATO, Fábio Konder. Afirmação histórica dos direitos humanos. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COUTINHO, Aldacy Rachid. O direito constitucional a um mínimo salarial. : Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional (Anais do IV Simpósio Nacional de Direito Constitucional), v. 3, ano 2003.Curitiba: Academia Brasileira de Direito Constitucional, n. 3, 2003.

CUNHA, Paulo Ferreira da. A Constituição Viva: cidadania e direitos humanos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. v. 5. 2ª ed. São Paulo: 34, 2011.

DIREITO INTERNACIONAL, Legislação. Carta das Nações Unidas de 1945. A Carta das Nações Unidas foi assinada em São Francisco, Califórnia, a 26 de Junho de 1945, após o encerramento da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, entrando em vigor a 24 de outubro daquele mesmo ano. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/publicacoes/docinternacionais/1945-CartadasNacoesUnidas.pdfx Acesso em: 28 abr. 2008.

DIREITO INTERNACIONAL, Legislação. Código de Hammurabi do Século XVIII a.C.

Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/hamurabi.htm>. Acesso em: 10 jul. 2008.

DIREITO INTERNACIONAL, Legislação. Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia, 12 de junho de 1776. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/decl776.htm>. Acesso em: 10 jul. 2008.

DIREITO INTERNACIONAL, Legislação. Declaração de Direitos, de 1689 - Bill of Rights. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/decbill.htm>. Acesso em: 10 jul. 2008.

DIREITO INTERNACIONAL, Legislação. Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, de julho de 1776. Disponível em:

<http://www.infopedia.pt/$declaracao-de-independencia-dos~estados>. Acesso em: 10 jul. 2008.

DIREITO INTERNACIONAL, Legislação. Declaração dos Direitos da Virgínia, 12 de junho de 1776. In: DHnet, Rede Direitos Humanos e Cultura. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/decl776.htm>. Acesso em: 20 mai. 2008.

DIREITO INTERNACIONAL, Legislação. Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 26 de agosto de 1789. Colocada posteriormente no início da Constituição francesa de 1791. Disponível em:

<http://www.geocities.com/marceloeva/Declaracao^ireitos\_do\_Homem.doc>. Acesso em: 16 mai. 2008.

DIREITO INTERNACIONAL, Legislação. Declaração e Programa de Ação de Viena, de 1993. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>. Acesso em: lOjul. 2008.

DIREITO INTERNACIONAL, Legislação. Declaração Soviética dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, de janeiro de 1918. Disponível em:

<http://omilitante.pcp.pt/index.php?Itemid=33&id=179&option=:com\_content&task=view >. Acesso em: 12jul. 2008.

DIREITO INTERNACIONAL, Legislação. Declaração universal dos direitos humanos.

Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2008.

DIREITO INTERNACIONAL, Legislação. Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Feito em Roma, aos 17 dias do mês de Julho de 1998, ratificado pelo Decreto do Presidente da República n° 2, publicado no Diário da República n° 15, Série I-A, de janeiro de 2002. Disponível em:

<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/TPI/Estatuto\_Tribunal\_PenaLIntemacional.htm>. Acesso em: 20 jul. 2008.

DIREITO INTERNACIONAL, Legislação. Lei das Doze Tábuas, 450 a.C. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/12tab.htm>. Acesso em: 10 jul. 2008.

DIREITO INTERNACIONAL, Legislação. Lei de Habeas Corpus, de 1679. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/hcl679.htm>. Acesso em: 10 jul. 2008.

DIREITO INTERNACIONAL, Legislação. Manusrti - Código de Manu, 200 a.C. e 200 d.C. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/manusrti.htm>. Acesso em: l O jul. 2008.

DIREITO INTERNACIONAL, Legislação. Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 16 de dezembro de 1966. Àdotado pela Resolução n° 2.200 A (XXI) da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966, vigente desde 23 de março de 1976 e ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992. Disponível em: <http://www.rolim.com.br/2002/\_pdfs/067.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2008.

DIREITO INTERNACIONAL, Legislação. Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, de 1976. Àdotado pela Assembléia-Geral das Nações Unidas para Ratificação e Adesão pela Resolução 2.200 (XXI), em 16 de dezembro de 1966, em vigor, de acordo com o artigo 27, a partir de 03 de janeiro de 1976 e promulgado no Brasil por meio do Decreto n° 591, de 06 de julho de 1992. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/m\_591\_1992.htm>. Acesso em: 10 jul. 2008.

DIREITO INTERNACIONAL, Legislação. Petição de direitos, de 1628. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistypetl628.htm>. Acesso em: 10 jul. 2008.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, Constituição (1788). A Constituição dos Estados Unidos da América, assinada em 17 de Setembro de 1787 e efectivada em 21 de Junho de 1788. Disponível em: <http://braziliantranslated.com/euacon01.html>. Acesso em:'20 mai. 2008

DUVIGNAUD, Jean. A Solidariedade: laços de sangue, laços de razão. Trad. Vasco Casimiro. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

DWORKIN, Ronald. Levando os Dirietos a serio. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Uma questão de princípio. Trad. Luís Carlos Borges. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1994.

FALEIROS, Vicente. A Política Social do Estado Capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FARIA, José Eduardo. Mitos e conflitos. Os direitos humanos no Brasil. In: A crise do direito numa sociedade em mudança. Brasília: UnB, 1988.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Retórica política e ideologia democrática. A legitimação do discurso jurídico liberal. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Em defesa da sociedade. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.História da sexualidade I: a vontade de saber. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

GONÇALVES, Cláudia Maria da Costa. Assistência jurídica pública, direitos humanos políticas sociais. 2ª ed. Curitiba:Juruá, 2010.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Direitos Fundamentais Sociais: releitura de uma constituição dirigente. 3ª ed. Curitiba: Juruá, 2013.

GORDILLO, Agustin. Princípios gerais de direito público. Trad. Marco Aurélio Greco. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.

HESPANHA, Antonio M. La Gracia del Derecho: economia de la cultura em la edad moderna. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Lei e Justiça: História e prospectiva de um paradigma. In: Justiça e litigiosidade: história e prospectiva. Ántonio Hespanha (org.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Lisboa, 1999.

KEYNES, John M. John Maynard Keynes: economia. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.

LOCKE, John. Ensaio sobre governo civil. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARSHALL, T. H. Política social. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Cidadania, classe social e status. São Paulo: Zahar, 1967.

MIRANDA, Jorge. Manual de Direito Constitucional: direitos fundamentais. Tomo IV. 9. ed. Coimbra: Coimbra, 2012. Tomo 4.

MÜLLER, Friedrich. Concepções modernas e interpretação dos direitos humanos. In: Conferência da Nacional Ordem dos Advogados do Brasil, 15., 1994. Anais....: OAB, 1994.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Quem é o Povo? A questão fundamental da democracia. Trad. Peter Naumann. 6ªed. São Paulo:Revista dos Tribunais, 2011.

OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Luciano. Direitos humanos e cultura política de esquerda. Lua Nova, São Paulo, n. 27, 1992.

PEREIRA, Potyara A. P. Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6ª ed. São Paulo: Cortez. 2011.

PERELMAN, Chaïm. Ética e direito. Trad. Maria Ermantina Galvão. 5ª ed São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERES LUÑO, Antonio E. Los derechos fundamentales. 9ª ed. Madrid: Tecnos, 2007.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e direito constitucional. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RAWLS, John. Uma teoria da justiça. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Do contrato social. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. 2ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2010.

**Instrumentos Internacionais**

- Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Sistema Africano)

- Carta Social Européia Revista (Sistema Europeu)

- Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei

- Conferência Mundial sobre a Mulher (1995)

- Conjunto de Princípios para a Proteção de todas as Pessoas Sujeitas a qualquer Forma de Detenção ou Prisão

- Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de São José da Costa Rica (1969) (OEA)

- Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumamos ou Degradantes

- Convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)

- Convenção da OUA (Sistema Africano)

- Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança

- Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas

- Convenção de Genebra

- Convenção de Genebra para Melhorar a Situação dos Feridos e Doentes das Forças Armadas em Campanha, de 12 de Agosto de 1949

- Convenção de Genebra para Melhorar a Situação dos Feridos, Doentes e Náufragos das Forças Armadas no Mar, de 12 de Agosto de 1949

- Convenção de Haia sobre os Aspectos Civis do Seqüestro Internacional de Crianças

- Convenção de Roma, 1961

- Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência

- Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher

- Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher

- Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Políticos à Mulher

- Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial

- Convenção OIT 100 (relativa à Igualdade de Remuneração entre a Mão-de-Obra Masculina e Mão-de-Obra Feminina em Trabalho de Igual Valor)

- Convenção OIT 29, sobre o trabalho Forçado ou Obrigatório

- Convenção OIT 97 - Trabalhadores Migrantes

- Convenção OIT 98 - sobre a Aplicação dos Princípios do Direito de Organização e de Negociação Coletiva

- Convenção OIT 103 - Relativa ao Amparo à Maternidade

- Convenção OIT 107, de 5 de junho de 1957

- Convenção OIT 111 - Convenção sobre a Discriminação em Emprego e Profissão

- Convenção OIT 118 - sobre Igualdade de Tratamento dos Nacionais e não-Nacionais em Matéria de Previdência Social

- Convenção OIT 122 - Igualdade de Remuneração

- Convenção OIT 131 - Fixação de Salários Mínimos, especialmente nos Países em Desenvolvimento

- Convenção OIT 138 - Idade Mínima para Admissão em Emprego

- Convenção OIT 143 - Migrações em Condições Abusivas e Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes

- Convenção OIT 151 - Proteção do Direito de Organização e aos Processos de Fixação das Condições de Trabalho na Função Pública

- Convenção OIT 156 - Igualdade de Oportunidades e de Trabalho para os trabalhadores de Ambos os Sexos: Trabalhadores com Responsabilidades Familiares

- Convenção OIT 168 - Promoção do Emprego e Proteção contra o Desemprego

- Convenção OIT 182, Relativa à Interdição das Piores Formas de Trabalho das Crianças e à Ação imediata com Vista à sua Eliminação

- Convenção n.º 182 e Recomendação 190 da OIT sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação

- Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948)

- Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural

- Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais tal como Emendada pelo Protocolo nº 11 (Sistema Europeu)

- Convenção para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio

- Convenção para a Supressão do Tráfico de Mulheres Maiores

- Convenção para Redução dos Casos de Apatridia

- Convenção relativa à Escravatura

- Convenção Relativa à Luta contra a discriminação no Campo do Ensino

- Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados

- Convenção Relativa aos Povos indígenas e tribais e Países Independentes

- Convenção relativa à Projeção das Crianças e à Cooperação em matéria de Adoção Internacional

- Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado

- Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres

- Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade

- Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada

- Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas

- Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher

- Convenção sobre Representantes dos Trabalhadores

- Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das instituições e Práticas Análogas à Escravatura

- Convenção Universal sobre o Direito de Autor e seus Protocolos (Genebra-1952)

- Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948) (OEA)

- Declaração de Alma-Ata

- Declaração de Compromisso sobre o HIV/SIDA

- Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano (1972)

- Declaração de Pequim Adotada pela Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz - 1995

- Declaração de Princípios sobre a Tolerância

- Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Prática em Educação Especial - UNESCO

- Declaração dos Direitos das Pessoas Pertencentes às Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas ou Lingüísticas

- Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder

- Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional

- Declaração e Programa de Ação de Viena (1993)

- Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança nos anos 90

- Declaração Mundial sobre Educação para todos. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem

- Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais

- Declaração sobre a Eliminação de todas as Formas de Intolerância e Discriminação fundadas na Religião ou nas Convicções

- Declaração sobre a Promoção entre a juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos

- Declaração sobre a Proteção da Mulher e da Criança em Estados de Emergência e de Conflito Armado

- Declaração sobre a Proteção de todas as Pessoas contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes

- Declaração sobre a Proteção de todas as Pessoas Contra os Desaparecimentos Forçados

- Declaração sobre as Raças e os Preconceitos Raciais

- Declaração sobre Asilo Territorial

- Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento

- Declaração sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

- Declaração sobre os Direitos Humanos de Indivíduos que não são Nacionais do País em que Vivem

- Declaração sobre os Princípios fundamentais Relativos à Contribuição dos Meios de Comunicação de Massa para o Fortalecimento da paz e da compreensão internacional, para a Promoção dos direitos Humanos e a Luta contra o Racismo, o Apartheid e o Incitamento à Guerra

- Declaração sobre os Princípios Sociais e Jurídicos Relativos à Proteção e ao Bem-Estar das Crianças, com Particular Referência à Colocação em Lares de Guarda, nos Planos Nacional e Internacional

- DECLARAÇÃO SOBRE O USO DO PROGRESSO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NO INTERESSE DA PAZ E EM BENEFÍCIO DA HUMANIDADE

- Declaração sobre os princípios fundamentais relativos à contribuição dos meios de comunicação de massa para o fortalecimento da Paz e da compreensão internacional - para a promoção dos Direitos Humanos e a luta contra o racismo, o apartheid e o incitamento à guerra

- Declaração Universal dos Direitos das Crianças - UNICEF, 20 de Novembro de 1959

- Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas

- Declaração Universal dos direitos Humanos (1948) (ONU)

- Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinqüência Juvenil - Diretrizes de Riad

- Estatuto da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

- Estatuto da Corte Interamericana de Direitos Humanos (COIDH)

- Estatuto da Corte Internacional de Justiça (ONU)

- Estatuto do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

- Estatuto do Conselho da Europa (Sistema Europeu)

- Estatuto do Tribunal Internacional para o Ruanda

- Execução 1996/74 da Comissão dos Direitos Humanos

- Garantias para a Proteção dos Direitos das Pessoas Sujeitas a Pena de Morte

- OEA - Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura

- Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (1966) (ONU)

- Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) (ONU)

- Prevenção do Crime e Justiça Penal

- Prevenção do Crime e Justiça Penal (Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade)

- Princípios Básicos Relativos ao Tratamento de Reclusos

- Princípios Orientadores das nações unidas para a Prevenção da Delinqüência Juvenil - (Princípios Orientadores de Riade)

- Princípios Orientadores para a Aplicação Efetiva do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei

- Princípios Orientadores Relativos à função dos Magistrados do Ministério Público

- Princípios Relativos a uma Eficaz Prevenção e Investigação de Execuções Extralegais, Arbitrárias e Sumárias

- Proclamação de Teerã (1968)

- Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas

- Proteção de Pessoas Acometidas de Transtorno Mental e a Melhoria da Assistência à Saúde Mental

- Proteção dos Direitos Humanos das Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder

- Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos Referente à Abolição da Pena de Morte

- Protocolo Adicional à Carta Social Européia prevendo um Sistema de Reclamações Coletivas (Sistema Europeu)

- Protocolo de Emenda da Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças e para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores

- Protocolo de San Salvador (OEA)

- Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados

- Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil

- Protocolo Facultativo Referente ao Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (ONU)

- Protocolo nº 1 Adicional à Convenção de Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (Sistema Europeu)

- Protocolo nº 2 que Confere ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem Competência para Emitir Opiniões Consultivas (Sistema Europeu)

- Protocolo nº 4 em que se Reconhecem Certos Direitos e Liberdades além dos que já Figuram na Convenção e no Protocolo Adicional à Convenção (Sistema Europeu)

- Protocolo nº 6 à Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais Relativo à Abolição da Pena de Morte (Sistema Europeu)

- Protocolo nº 7 à Convenção para a proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (Sistema Europeu)

- Protocolo Opcional à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres

- Protocolo que Cria uma Comissão de Conciliação e Bons Ofícios Encarregada de resolver os Diferendos que Possam Surgir entre os Estados Partes na Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino

- Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados

- Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências

- Regras mínimas das Nações Unidas para a Administração da justiça, da infância e da Juventude (Regras de Beijing)

- Regras mínimas das Nações Unidas para a Administração da justiça, da infância e da Juventude (Regras de Beijing)

- Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade

- Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros

- Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

- Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos (COIDH)

- Regulamento de Aplicação do tratado sobre o Registro internacional de Obras Audiovisuais

- Resolução 1.235 (XLII) do Conselho Econômico e Social - 1967

- Resolução 1.503 do Conselho Econômico e Social 1970

- Resolução 1.803 (XVII) da Assembléia Geral

- Resolução 1996/46 da Comissão dos Direitos Humanos

- Tratado sobre o Registro Internacional de Obras Audiovisuais

- Tratado-Tipo sobre a Transferência da Vigilância de Delinqüentes Condenados ou Libertados Condicionalmente

- Tratado-Tipo sobre a Transmissão de Processos Penais

- TRIPs - Acordo Relativo à Propriedade Intelectual

- Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos